

Modelo Mariano e Relações de Poder na Dinastia de Avis

Miriam Cabral Coser*

O grande modelo apresentado pelos clérigos às mulheres ao longo da Idade Média ocidental é, sem dúvida, o de Maria. Modelo inatingível em sua totalidade, posto que Maria é mãe e virgem, mas que carrega uma série de atributos a serem perseguidos pelas mulheres. A literatura pastoral e didática dirigida às mulheres, fundamentada na tradição, nas exegeses das Escrituras e também no pensamento aristotélico, insistiu veementemente nos atributos de castidade, humildade, modéstia, sobriedade, silêncio, trabalho, misericórdia e custódia ao longo dos séculos XII ao XV. Toda a orientação era no sentido de interiorização, de não interferência no mundo. A palavra, a leitura, a ação sobre o mundo deveria restringir-se, no que tange as mulheres, às coisas da fé. Mesmo estas deveriam ser controladas, para não levar a excessos.

Em oposição a Maria, Eva é obviamente o modelo a ser evitado. Eva é toda exteriorização: dissimulada, extravagante, faladora, sempre manifestando e impondo suas vontades. São seguidoras de Eva aquelas mulheres que falam, comem, gesticulam, se enfeitam demasiadamente e explicitam sua sensualidade. São mulheres que têm vontade própria e agem para realizar seus desejos. Para isso, usariam dos artifícios de iludir, enganar, seduzir. À fraqueza moral de Eva, soma-se a fraqueza física da mulher aristotélica. Fraqueza e deficiência físicas que se relacionam à sua instabilidade, à sua volubilidade¹.

Ao analisarmos as crônicas dos reis de Portugal produzidas na Dinastia de Avis, nos perguntamos em que medida o modelo mariano – e por oposição, o de Eva – está presente neste discurso. Compreendendo o discurso das crônicas de Avis como parte de um projeto político de legitimação da Dinastia e afirmação do poder real – compondo um “discurso do paço”, como propôs Vânia Fróes² -, indagamos em que medida o

* Doutora em História, pesquisadora do Scriptorium-UFF e do LEM-UNIRIO, professora de História Medieval da Escola de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO.

¹ Ver: CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres: a Idade Média*. Porto: Afrontamento, 1990. Ver também: DULARUN, Jacques. Olhares dos Clérigos. Idem, Ibidem.

² FRÓES, Vânia. Teatro como missão e espaço de encontro de culturas: estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do séc. XV. In: Actas do Congresso Internacional de História – Missionação e encontro de Culturas. Braga: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1993.

modelo mariano é reapropriado neste discurso e contribui para tal projeto. O estudo das obras escritas pelos três primeiros cronistas de Avis, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina - referentes aos reinados de D. Pedro a D. Afonso V -, possibilita identificar claramente uma rainha que reúne toda uma gama de características do modelo mariano: Filipa de Lancaster.

Lembremos que Filipa de Lancaster (1360-1415), como seu nome revela, era inglesa. Era filha de João de Gante (por sua vez, filho de Eduardo III e duque de Lancaster pelo casamento) e Branca de Lancaster (filha e herdeira do duque de Lancaster, Henrique). Aos 26 anos, embarcou com o pai e a madrastra Constança para Castela, uma vez que seu pai reivindicava os direitos da esposa ao trono do reino castelhano (Constança era filha do rei D. Pedro de Castela). O casamento de Filipa e D. João I foi realizado dois anos após o término da Revolução de Avis. Tiveram dez filhos, sendo que seis chegaram à idade adulta: D. Duarte, D. Henrique, D. Isabel, D. João e D. Fernando. Morreu de peste no reino português³.

Filipa de Lancaster é personagem da *Crônica de D. João I* (segunda parte), escrita por Fernão Lopes e da *Crônica de Tomada de Ceuta*, elaborada por Zurara. A primeira crônica, composta em duas partes, trata dos acontecimentos relativos à Revolução de Avis até as pazes com Castela, ao passo que a crônica composta por Zurara refere-se basicamente aos preparativos e a incursão para a tomada de Ceuta⁴.

A rainha Filipa que se delineia no texto de Fernão Lopes é a de *perfeitos costumes* e de *ensinança para quaisquer mulheres*⁵. A perfeição dos costumes da rainha como formação de um modelo para ser seguido para as mulheres em geral está bastante explícita no texto do cronista. A nobreza da linhagem da mãe não deixa dúvida quanto a honra dos herdeiros. A rainha é a boa esposa, que ama com *honesto e são amor*⁶, é a boa mãe. A manifestação da sua vontade está vinculada à devoção, aos divinos ofícios. Da

³ SERRÃO, Joel Justiniano Batista (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965.

⁴ Serão citadas aqui as seguintes edições das crônicas: LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. v.1. Prefácio de Antônio Sérgio. Porto : Civilização, 1945. (Biblioteca Histórica, Série Régia). 455p.; LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. v 2. Edição de M. Lopes de Almeida e Magaças Basto. Porto: Civilização, 1949. (Biblioteca Histórica, Série Régia). 493p.; ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências, 1915. 343p.

⁵ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João* (parte II). Cap. XCVII, p.226.

⁶ Idem, *Ibidem*. Prólogo, p.3.

mesma forma, sua erudição fundamenta-se nos assuntos da fé e sua leitura é a leitura das escrituras. A caridade, dar esmolas, é sua principal atividade. A rainha segue todos os princípios da contenção: silêncio, jejum, doces e graciosas palavras, jogos lícitos. Diante da adversidade, chora, mas suas orações são tão fervorosas que fazem com que o rei, depois de sofrer grave enfermidade, recupera-se, *como se ressuscitasse da morte a vida*⁷. O modelo de rainha de Fernão Lopes tem sua ação praticamente restrita à devoção, sua importância reside no exemplo que transmite a todas as mulheres do reino. E, lembremos, este modelo é explicitado pelo cronista: *Asy que semdo seus perfeitos costumes, em que muyo ffloreceo, per meudo posto em scripto, asaaz seriam dabastosa emsinamça para qaes quer moheres, posto que de mor estado fossem*.⁸

Zurara, na *Crônica da Tomada de Ceuta*, retoma todos os elementos do modelo de rainha presentes no texto de Fernão Lopes. Principalmente quando escreve sobre as virtudes cardeais e teologais apresentadas pela rainha, Zurara reforça as características já atribuídas a Filipa por Lopes: a aversão à vaidade, os trajés honestos, o silêncio, a ocupação lícita, o comer sem deleite, os jejuns, as rezas, a castidade. Retoma a imagem da boa esposa, da erudição nos assuntos religiosos e da sua virtude convertendo para a nobreza e honra de seus filhos. Diante da adversidade, a rainha chora, mas depois redobra as orações. Assim como em Lopes, a vontade de Filipa está voltada para Deus – *no céu tinha firmado as âncoras da sua vontade*⁹ – afastando a rainha de um dos principais defeitos da mulher real, a vontade feminina.

Mas a rainha Filipa de Zurara incorpora também características que não estão presentes em Fernão Lopes. O cronista de Ceuta descreve uma rainha intolerante com os infiéis, frisando seu desamor com relação a estes povos. O momento em que Zurara escreve, com a luta contra os mouros e as incursões na África, justifica esse novo elemento na narrativa. Aqui, a principal oposição é entre o cristão e o não-cristão, não estando tão presente, como na narrativa de Fernão Lopes, a oposição entre o português e o castelhano, uma vez que se consolidava a paz com Castela. Há uma passagem muito significativa na narrativa, quando os embaixadores de Granada, falando em nome da principal esposa do rei, procuram a rainha Filipa para interceder em favor daquele reino.

⁷ Idem, Ibidem. Cap. CXV, p. 257.

⁸ Idem, Ibidem. Cap. XCVII, p.226.

⁹ ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Cap. Rv, p.138.

Os embaixadores afirmam, no texto de Zurara, que a rainha moura *sabia quanto os bons requerimentos das mulheres moviam os corações dos maridos, quando lhe requeriam algumas cousas em que tinham vontade*¹⁰. A negativa de Filipa é veemente e funda-se na idéia de que *entre os cristãos não é bem contado a nenhuma rainha (...) se intrometer nos feitos de seu marido (...)*.¹¹

Entretanto, a despeito de trechos narrativos como esse, a principal diferença presente no perfil da rainha Filipa de Zurara com relação ao perfil traçado por Fernão Lopes reside precisamente nesta interferência da rainha nos assuntos do reino, sua importância política. Logo no início da narrativa, fica clara essa importância. A rainha une grandes e pequenos, os motiva para servirem ao reino. A força que promove essa união e mobilização reside no amor que a rainha inspira em todos, por suas virtudes. Zurara recorre a uma expressão que Fernão Lopes utilizara para definir, na *Crônica de D. João I*, a mulher do condestável Nuno Álvares: uma mulher *de toda bondade*. Essa importância da rainha transparece de várias formas na narrativa e em várias falas dos personagens. A própria rainha aparece no texto plenamente ciente de sua posição, da nobreza da sua linhagem e mostra-se orgulhosa disto. É a rainha que manda fazer as espadas para armar seus filhos, contrariando costumes, mas respaldada pela nobreza de sua linhagem, da qual tem ciência e orgulho:

Porem uos rroguo que sem empacho uos queyraes filhar esta [espada] de minha mão, a quall uos eu dou com a minha beemçom e de uossos auoos, de que eu deçendo. E **como que seia cousa empachosa de os caualleiros romarem armas de mão das molheres**, eu uos rroguo que uos nom quiseraes teer açerqua desta que uos eu dou, semelhemte embargo. **Ca segumdo a linhagem domde eu deçemdo (...) numca emtemdo que uos por elle empecimento** nem dano possa uijns, amte creo que a minha beemçam e delles uos fará grande ajuda¹². (grifos meus).

Mas, ao passo que torna evidente o papel político da rainha, Zurara de certa forma relativiza esse papel, insistindo na condição de mulher de Filipa, na sua *natureza feminina*. Há, na narrativa de Zurara, uma tensão entre uma rainha que tem orgulho da sua linhagem, quer interferir nos destinos de seus filhos, do rei e do reino, quer ter voz

¹⁰ Idem, Ibidem. Cap. XXXIII, p. 107.

¹¹ Idem, Ibidem.

¹² Idem, Ibidem, Cap. XLI, p. 128.

– não havia *siso nem entender* que a retivesse de *mostrar o que sentia*¹³ – e a rainha que sabe que seu ofício é rezar, que não usa a sua vontade para interferir nos assuntos do reino, pois o rei tem um conselho para isso.

Essa tensão é resolvida, na narrativa, através de dois recursos. Primeiro, com a superação da *natureza feminina*, da incontinência verbal, da aversão ao perigo (em última instância da covardia), através das orações, jejuns e caridade, o verdadeiro *ofício* das mulheres. Esse é o mesmo movimento traçado por Fernão Lopes para contar a história da mãe de Nuno Álvares, falante, argumentando sempre, mas que se deixa convencer pelo filho e acata sua decisão quanto a seguir o Mestre de Avis.

O segundo recurso é decorrente do primeiro e consiste na transformação da mulher rainha em santa rainha. Uma vez superada a sua natureza feminina e totalmente voltada para as orações – de forma tão intensa que a leva à morte – Filipa passa a ser designada na narrativa como a *santa rainha*¹⁴. A narrativa assume o aspecto do maravilhoso e a rainha, falando como um *anjo celestial*¹⁵, prevê sua própria morte, tem visões, decifra sinais, sabe da partida dos filhos para a guerra. Filipa morre amparada pela própria Nossa Senhora, modelo constante de suas ações.

Esse modelo de rainha que Zurara apresenta a seu público, com um papel-chave na empreitada a Ceuta, extremamente virtuosa e mesmo santa, mas também com características da mulher real – mesmo que superadas –, só é possível dentro do novo contexto em que escrevia o cronista, já bastante distanciado da Revolução de Avis e da regência de Leonor Teles narradas por Lopes. A função de rainha de promover a concórdia, a paz, citada mais superficialmente em Lopes, é retomada mais explicitamente em Zurara, principalmente quando discorre sobre a virtude da justiça. Da mesma forma, a oposição aos castelhanos não aparece como tema e sim a oposição aos infiéis.

Há, portanto, uma mudança na conjuntura política de um cronista para outro que permite o aparecimento de novos elementos no modelo de rainha que se propunha para Avis. Mas permanece a questão da importância do estabelecimento desse modelo e da definição do papel de atuação política reservada às rainhas, capazes de unir e mobilizar

¹³ Idem, Ibidem., Cap. XXXVIII, p. 120.

¹⁴ Idem, Ibidem, cap. XXXIX, p.124.

¹⁵ Idem, Ibidem, Rv, p.128.

o reino, mas que para isso deviam ser *ensinadas e discretas*, para poderem requerer o que lhes *prazia*. Permanecem, também, as categorias da matriz cristã, do modelo mariano, evocadas por Fernão Lopes e reafirmadas por Zurara.

Ao passo que Filipa de Lancaster corresponde plenamente aos atributos do modelo mariano, a rainha Leonor Teles descrita por Fernão Lopes é a própria Eva.

Leonor é personagem de duas crônicas de Lopes: a *Crônica de D. Fernando* - que narra a história do último rei da Dinastia de Borgonha e das sucessivas guerras contra Castela - e a *Crônica de D. João I*, já citada anteriormente. A rainha Leonor Teles (1350-1386) era filha de Martim Afonso Telo de Meneses e Aldonça de Vasconcelos. Nascida em Portugal, descendia por parte de pai do rei de Leão e Galiza, Fruela II e, por parte de mãe, de D. Sancho I. Já era casada e mãe quando conheceu D. Fernando. Seu casamento foi anulado para que pudesse unir-se rei de Portugal, contrariando, inclusive, acordos de casamentos supostamente mais vantajosos para o reino. Foi aliada do conde João Fernandes Andeiro, braço direito do reinado de D. Fernando. Com a morte do rei em 1383, Leonor torna-se a regente de Portugal, até que sua filha Beatriz, casada com o rei de Castela, gerasse herdeiro legítimo. Sua regência, entretanto, foi interrompida pelos acontecimentos da Revolução de Avis. A rainha recusou um pedido de casamento do Mestre de Avis, assim como submeter-se ao rei de Castela, procurando fazer valer seus direitos como regente. Acabou prisioneira e morreu no Mosteiro de Tordesilhas¹⁶.

A análise do perfil Leonor Teles traçado pelo cronista nos revela o negativo de uma fotografia de Filipa de Lancaster. O casamento de Leonor com D. Fernando contrariou todos os acordos políticos planejados em Portugal. Foi a expressão de uma *doença do rei, enfeitizado por essa má mulher*¹⁷. A influência negativa de Leonor sobre o rei faz com que este cometa vários atos indignos, inclusive interferindo na maior prerrogativa real: a justiça. Adúltera, Leonor não gerou filhos legítimos. Essa *lavradora de Vênus*¹⁸ impressionava por sua beleza de rosto, corpo e gestos, era toda carne, sem espírito.

Por outro lado, o acordo de casamento entre D. João, o Mestre de Avis, e Filipa

¹⁶ SERRÃO, Joel. Op. Cit.

¹⁷ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Cap. XL, p.209.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, Cap. LXV, p. 230.

de Lancaster foi concebido cuidadosamente, assim como as festas, as trocas de presentes e a noite de núpcias. Nunca um pedido de Filipa impediu a justiça do rei. Deste *honesto e são amor* que tinha pelo rei, houve *formosa geração e bem-aventurada de virtuosos filhos*. Não há uma única descrição de sua aparência física. Filipa era só espírito.

Leonor, herética e cismática, de quem diziam que *comungou de uma hóstia que não era sagrada*¹⁹, recusa-se a ir ao enterro de seu marido. Mais tarde, é acusada pelo povo de Lisboa de ter causado a morte do rei e de querer também a morte de quem seria o futuro rei, o Mestre de Avis. Já viúva, seu comportamento era inconveniente, *muito solta nos gestos e no falar*²⁰. Queria *governar ela mesma Portugal* e era movida por seu *mortal ódio* e pelo *desejo de vingança*, aliás, desejo próprio da *vontade feminina*²¹. Essa mulher foi quem influenciou as gerações futuras em Portugal no trato com seus maridos. Aqui, Fernão Lopes deixa explícita a importância do papel de exemplaridade da rainha. Se na Crônica de D. João, o cronista aponta Filipa como um modelo a ser seguido por todas as mulheres, na Crônica de D. Fernando, Fernão Lopes denuncia o modelo nocivo que Leonor legou às mulheres em Portugal:

*Foi molher mui emteira e de coração cavalleiroso, buscador de maravilhosas artes, por firmeza de seu estado. De que Ella rreinou, apenderom as molheres teer novos geitos com seus maridos, e as mostranças dhuua cousa por outra mais perfeitamente do que sse acha nos amçiaãos tempos, que outra Rainha de Portugal fezesse.*²² (grifos meus).

Por seu turno, a religiosidade de Filipa é sua maior característica. Devota e nos divinos ofícios esperta, a rainha tem dons quase taumatúrgicos. No episódio em que D. João adoece gravemente, Filipa praticamente ressuscita o rei, pois reza tanto à Virgem Maria que se opera um *verdadeiro milagre* e o rei fica bom. Mulher de *madura discricção*, sua ação política resumia-se a aconselhar, não fazendo coisa alguma com rancor ou ódio. É espectadora dos acontecimentos, freqüentemente levada pelo rei para ver seus feitos. Ao contrário de Leonor, como foi visto, *seus perfeitos costumes seriam*

¹⁹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João (Parte I)*, cap. XXV, p.51.

²⁰ Idem, *Ibidem*, cap. LXXVI, p.148.

²¹ Idem, *Ibidem*, cap. XXI, p.44.

²² LOPRS, *Crônica de D. João I (Parte I)*. Cap. XV, p.36.

de ensinança para quaisquer mulheres.

Leonor não lembra em nada, também, as demais mulheres portuguesas descritas pelo cronista. Mulheres que raramente manifestam suas vontades e que mais raramente ainda têm suas vontades atendidas. São principalmente vítimas, seja da guerra ou de seus maridos, têm muito medo. Frequentemente são motivo de riso, piadas. Leonor, a mulher *cuja voz valia mais que todos*²³, nunca teme. Ao contrário, é extremamente temida por homens e mulheres. Ninguém ri de Leonor, ela é quem é irônica, mordaz, capaz de dizer que o rei de Castela não é homem o bastante. É fundamental perceber que Fernão Lopes, em sua narrativa, acaba por estabelecer um padrão do que é ser portuguesa, com todos os atributos do modelo mariano e o que é ser castelhana, com características que em muito lembram as de Eva. Explicitamente o cronista opõe os *falsos portugueses* dos *verdadeiros portugueses*, identificando os primeiros como aqueles que teriam tomado o partido dos castelhanos nos episódios da Revolução de Avis e os segundos como aqueles que seguiram o Mestre de Avis. Entretanto, a mesma oposição é feita de forma mais sutil ao formar os perfis femininos nas crônicas. Fernão Lopes recorre à oposição Maria/Eva, caracterizando as mulheres portuguesas com os atributos marianos, enquanto as mulheres castelhanas - ou mesmo aquelas que apesar de terem nascido em Portugal teriam seguido ou influenciado seus maridos a seguir o rei de Castela – são caracterizadas com os atributos de Eva. As mulheres castelhanas são dissimuladas, sedutoras, beirando a prostituição. Muito falantes, manifestam sempre suas vontades. São também corajosas, capazes de liderar batalhas, como D. Joana de Castela.

Na narrativa de Lopes, gênero e identidade nacional surgem irremediavelmente imbricados, na medida em que os atributos marianos são reservados às mulheres portuguesas, ao passo que as castelhanas e as estrangeiras em geral revelam as diversas faces de Eva.

A análise das crônicas de Lopes demonstra como Leonor, apresentada como uma mulher que louvava muito os costumes ingleses, aparece nas crônicas de Fernão Lopes como uma portuguesa atípica, a ponto de ser confundida com as castelhanas. Filipa, inglesa de nascimento, é, por outro lado, o modelo mais perfeito da mulher portuguesa. Essa inversão é operada ao longo da narrativa, sem que o cronista precise

²³ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Cap. CIV, p.376.

dizer explicitamente o que é ser portuguesa e o que é ser estrangeira. Isto, no entanto, fica implícito ao passo que o cronista evoca dois modelos distintos e insere suas personagens nestes respectivos modelos.

Entretanto, se nas crônicas de Fernão Lopes, Leonor parece o negativo perfeito de Filipa, ao se analisar mais detalhadamente a personagem Filipa de Lancaster descrita por Zurara, essas duas mulheres de alguma forma aproximam-se. O que faz essa aproximação é a tensão que transparece em Zurara entre a rainha mulher e a rainha santa. Na *Crônica da Tomada de Ceuta*, fica patente a urgência para que se estabelecesse um lugar legítimo de ação para a rainha, mas que não desse vazão a essa natureza feminina, tão explícita em Leonor Teles, mas também latente em Filipa de Lancaster. Esse lugar é o da rainha virtuosa, modelo e unificadora do reino, em função do amor e da admiração que desperta em todos. Rainha que dá bons conselhos e promove a concórdia, mas que não interfere nos assuntos do rei e do reino. Rainha consonante a um modelo mariano.

Esse lugar legítimo de ação para a rainha torna-se tema novamente urgente com a morte de D. Duarte e a regência de Leonor de Aragão. Tal personagem é apresentada pelo terceiro cronista de Avis, Rui de Pina, em duas de suas crônicas, a *Crônica de D. Duarte*, que narra essencialmente a investida contra Tanger que se revela desastrosa, e a *Crônica de D. Afonso V*, que compreende as regências de Leonor de Aragão e de D. Pedro, assim como a maioridade de D. Afonso V.

Leonor (1402-1445) era filha do rei Fernando I e irmã de D. Afonso V de Aragão. Seu irmão promoveu o acordo de casamento com D. Duarte de Portugal, que foi realizado em 1428. A rainha atuou politicamente dando apoio ao infante D Henrique no projeto de expansão ao norte da África, em especial na expedição a Tânger. O livro escrito pelo rei D. Duarte, *O Leal Conselheiro*, é dedicado à rainha. Com a morte do rei em 1438, Leonor torna-se regente de Portugal, conforme desejo de D. Duarte, expresso em testamento. Entretanto, já no ano seguinte, perde a regência para o infante D. Pedro, irmão de D. Duarte. Suas tentativas de retomada do poder não têm êxito e acaba por morrer no exílio²⁴.

Rui de Pina, como Fernão Lopes, se vê diante da necessidade de narrar uma regência exercida por uma rainha. Nas duas situações, o rei morto havia deixado como

²⁴ SERRÃO, Joel. Op. Cit.

determinação a regência de sua esposa até que um herdeiro legítimo pudesse reinar. Em ambos os casos, essas mulheres não puderam levar a cabo suas regências. Haveria, para além dessas coincidências históricas, uma coincidência também na forma como essas duas personagens foram retratadas pelos dois cronistas, separados no tempo, mas ambos a serviço da Dinastia de Avis? Em outras palavras, seria Leonor de Aragão a reedição da Eva que fora Leonor Teles?

O tema central da *Crônica de D. Duarte* é a empreitada da tentativa de tomada de Tanger, que acaba por resultar em fracasso e na prisão de um dos irmãos do rei, o infante D. Fernando. Ainda no início da crônica, Rui de Pina narra uma passagem em que outro irmão do rei, o infante D. Henrique, desejoso do combate em Tanger, procura a rainha para que ela interceda a seu favor junto ao rei. Isto ocorre, segundo o cronista, porque D. Henrique sabia do amor que D. Duarte tinha à rainha e que *ela em sua discricção e suas virtudes, lhe podia com o rei muito aproveitar*. A rainha, já descrita como *estrangeira*, corresponde *muito por seu interesse e segurança com obras e virtuosos sinais de amor*.²⁵ Nesta passagem narrativa, D. Henrique se dirige à rainha lembrando o exemplo de sua própria mãe, Filipa de Lancaster, nos eventos relacionados à Ceuta e pede que interceda junto ao rei, para que este aprove a investida contra Tanger. A resposta da rainha parece colocá-la em conformidade com o modelo estabelecido por Filipa: *se a natureza do meu entendimento não me engana*, diz a rainha, tal requerimento *é justo, honesto e santo* e, portanto, ela o ajudará²⁶. No capítulo seguinte, o cronista afirma que a *opinião de muitos* foi a de que D. Duarte só deu o seu consentimento para a empreitada devido à intervenção da rainha.

Antes de dar prosseguimento aos preparativos para a guerra, D. Duarte tencionava esperar as determinações do Papa sobre o assunto, entretanto, *como foi com a rainha ou por cumprir o que lhe requereu*, levou o projeto adiante, daí resultando *morte, dor e tristeza*²⁷.

Em 1438, D. Duarte morre em Tomar. O cronista afirma que foram atribuídas diferentes causas para a morte do rei, mas para Rui de Pina a principal causa foi a culpa pelo ocorrido em Tânger: *E nesta causa nom acrescentou pouca payxam a ElRey em*

²⁵ RUI DE PINA. *Crônica de D. Duarte*. Cap. XII, p.116.

²⁶ RUI DE PINA. *Op. Cit.* Cap. XII, p. 118.

²⁷ RUI DE PINA. *Op. Cit.* Cap. XX, p. 148.

saber que publicamente o culpavam, que fizera isso sem prazer, nem consentimento de sy mesmo, forçado de rogos da rainha sua molher (...). O cronista afirma que deste caso fica, em suas palavras, o *claro exemplo*²⁸ No capítulo seguinte, último da crônica, o testamento do rei é aberto e Leonor de Aragão torna-se herdeira e regente.

Assim como Leonor Teles na narrativa de Fernão Lopes, Leonor de Aragão na narrativa de Rui de Pina leva o rei de Portugal à morte. As duas mulheres interferem nos assuntos do reino ainda em vida de seus maridos, levando a consequências graves para o rei e o reino. Ambas, nas palavras dos seus cronistas, servem de exemplo.

Importante notar que na *Crônica de D. Duarte* apenas uma personagem feminina ganha algum destaque além de Leonor de Aragão. Trata-se da rainha Joana de Nápoles, a quem não faltava *ânimo e esforço viril* e cuja mocidade fora *com desonestos amores difamada*. Segundo o cronista, a rainha *não podendo sofrer os encargos e regimentos do reino, consentiu em ser casada com Jacobo, conde de Marca (...) e por ele usar o reino a cerca dela mais do que a rei a varão cumpria, ela por usar com mais licença e menos contradições de sua vontade o enjeitou e repudiou o marido.*²⁹ Joana adota, então, como filho, D. Afonso, irmão de Leonor de Aragão, que se torna rei de Nápoles. Posteriormente, a rainha muda de idéia e também o expulsa do reino. A virilidade de Joana lembra a de Leonor Teles, descrita por Fernão Lopes como portadora de *coração cavalheiresco, buscador de maravilhosos feitos*. Também como Leonor Teles, foi acusada de amores desonestos. A afirmação de sua vontade é outro traço que aproxima ambas as rainhas. Lembremos que no outro pólo estava Filipa de Lancaster, que *no céu firmara as âncoras da sua vontade*.

O relativo destaque dado a Joana de Nápoles - levando-se em conta a quase ausência de demais figuras femininas na crônica – adquire uma importância de exemplo acerca de mulheres que regem reinos. Mulheres estrangeiras, como era o caso de Leonor de Aragão.

A condição de mulher e estrangeira da rainha como impedimento para a regência do reino Português ganha contornos muito mais explícitos na *Crônica de D. Afonso V*. Mas é importante perceber que neste texto a narrativa de Rui de Pina oscila entre a caracterização de Leonor de Aragão com a apresentação de suas virtudes, por um lado, e

²⁸ RUI DE PINA. Op. Cit, cap. XLIII, 206 e 207.

²⁹ RUI DE PINA. Op. Cit, cap. IX, p. 105.

as limitações impostas por sua natureza feminina e pelo fato de ser estrangeira, por outro.

No episódio de aclamação de D. Afonso, ainda criança, como rei, o cronista afirma que o infante D. Pedro procurou deixar clara sua posição fazendo frente a *muitos de damnadas maginações e a rainha principalmente*, mostrando sua *leal e verdadeira tenção d'obedecer e não de querer por foca reinar*. Assim, o cronista reúne em uma única passagem o cerne de sua argumentação. Por um lado, *a rainha sempre foi muito honesta, virtuosa, prudente, devota e muito amiga da vida e honra d'El Rei seu marido* (reparando a imagem da rainha como causadora da morte de D. Duarte, evocada na crônica anterior). Mas, por outro lado, a regente sempre mostrou que *não tinha boa vontade com relação ao infante, em decorrência de induzimentos alheios que em sua feminil fraqueza de ligeiro faziam impressão ou das imisades que foram entre El Rei D. Fernando d'Aragão, pae da rainha, e o conde d'Uegel, pae da Infante D. Izabel, mulher do dito infante D. Pedro (...)*.³⁰

A atitude da rainha frente ao Infante D. Pedro explica-se por sua feminil fraqueza sujeita a influências e sua condição de estrangeira, uma vez que era filha do rei D. Fernando de Aragão. A narrativa de Rui de Pina leva a crer que o Infante D. Pedro não teve outra alternativa diante da falta de boa vontade da rainha. Ele não desejava governar, mas em face das atitudes de Leonor, mulher influenciável (ou melhor, influenciável por ser mulher) e estrangeira, foi praticamente obrigado a tomar-lhe a regência do reino.

A condição de mulher e estrangeira de Leonor como impedimento para governar é explícita no capítulo seguinte. Feita a abertura do testamento de D. Duarte, Leonor, segundo a vontade do rei morto, era a única testamenteira de sua alma, tutora e curadora dos filhos, regente do reino e herdeira de bens. Assim, Leonor *começou logo a usar do regimento inteiramente sem alguma pubrica contradicção*.

Em seguida, a narrativa sofre uma ruptura lógica, pois, após a enunciação de que não houve *pública contradicção* à regência de Leonor, esta recebe conselhos de *avisados e virtuosos servidores*, para que abra mão da regência. A argumentação apresentada segue a mesma linha já enunciada pelo cronista:

³⁰ RUI DE PINA. *Crônica de D. Afonso V.* Cap. P. 16.

*Senhora, o peso deste cargo de reger, que assi soltamente tomaes, é mui grande e tal, que muitos barões abastados de fortaleza de coração e de prudência o recearam. E por serdes mulher e ainda estrangeira, como quer que para isso haja em vos sã consciência e conhecidas virtudes como mui santo desejo, em caso que não houvésseis n'elle alguma contradicção, certo duvidamos que o possaes soffrer;*³¹

Procurando responder à questão que nos propusemos - a saber, em que medida a caracterização de Leonor de Aragão nas crônicas e Rui de Pina corresponde à caracterização de Leonor Teles nas crônicas de Fernão Lopes -, podemos perceber que a insistência na natureza feminina e na vontade feminina perpassa as duas narrativas. Da mesma forma, a caracterização das personagens como estrangeiras se dá tanto explicitamente, como no caso de Leonor de Aragão, como implicitamente, como no caso de Leonor Teles que, como foi visto, é caracterizada com atributos e ações claramente associadas às das mulheres castelhanas. Observa-se a permanência de um padrão de incapacidade feminina para governar, associado à formação de um padrão do que significa ser uma mulher portuguesa. A mulher portuguesa, envolta nos atributos do modelo mariano, não deve seguir o exemplo daquelas mulheres estrangeiras ou idênticas às estrangeiras, que usam da sua vontade e pretendem governar reinos e homens. Exemplo dessas mulheres são Joana de Castela e Catarina de Castela, evocadas por Fernão Lopes ou Joana de Nápoles, mencionada por Rui de Pina.

Por outro lado, Filipa de Lancaster torna-se o modelo perfeito de rainha e mulher portuguesa. O vocábulo *estrangeira* não é utilizado em sua caracterização por parte dos cronistas. No máximo é apresentada como *inglesa de nascimento*, como o faz Zurara. E a condição feminina de Filipa, como também já foi visto, é superada na narrativa cronística na medida em que se torna a *santa rainha*. Assim, Leonor Teles, portuguesa de nascimento e recebendo todos os atributos da Eva pecadora, torna-se uma estrangeira em Portugal. Já Filipa de Lancaster, inglesa, mas santa rainha e envolta nos atributos marianos, torna-se uma perfeita portuguesa, modelo para todas as mulheres do reino. Leonor de Aragão fica a um meio caminho entre as duas mulheres. Sua condição de mulher e estrangeira não cessa de ser lembrada, na narrativa de Rui de Pina, como impedimento para governar Portugal. Mas Leonor de Aragão possui uma série de virtudes marianas, como não poderia deixar de ser, tratando-se da mãe do rei de

³¹ RUI DE PINA. Crônica de D. Afonso V. Cap. III, pp.17-18.

Portugal. Leonor erra por ser mulher e estrangeira, apesar de suas virtudes. Mas se arrepende antes de sua morte. Seria Leonor de Aragão a Madalena, pecadora arrependida?

Não parece restar dúvida de que os primeiros três cronistas de Avis expressavam um projeto político da nova dinastia que não se limitou à sua legitimação e à promoção do poder real. Tal projeto visou também a caracterização do que era ser português ou portuguesa em oposição aos estrangeiros e estrangeiras. No que tange as mulheres, ser mulher portuguesa significava procurar conservar todas as virtudes marianas, em oposição às estrangeiras extravagantes e seguidoras de Eva. Significava, principalmente, não aspirar ao governo dos homens e do reino, como muitas mulheres estrangeiras o faziam.

Assim, a recorrência a estes modelos para caracterizar as rainhas portuguesas em função de sua atuação no reino evidenciam um projeto avisino para a o papel que rainha deveria desempenhar legitimamente em Portugal. Um papel de esposa, conselheira e mãe, modelo de devoção e virtudes para as demais mulheres, mas não de regente do reino. Entretanto, mais do que um modelo de rainha, esboçava-se um modelo de mulher portuguesa, em oposição, principalmente, às mulheres castelhanas e de outros reinos da Península Ibérica.

A eficácia deste modelo é impressionante. Justificou plenamente o impedimento das regências das rainhas em sua época. Resta-nos indagar em que medida influenciou e ainda influencia a historiografia que se volta para o período avisino. A invisibilidade dessas mulheres no discurso historiográfico não seria também o resultado da eficácia deste modelo?